CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N° 1534/72

Aprovado em 25/10/1972

PROCESSO CEE- N° 873/71

INTERESSADO - FUNDAÇÃO REGIONAL EDUCACIONAL DE AVARÉ.

ASSUNTO - Solicita autorização para instalação e funcionamento da Escola Superior de Educação Física, de Avaré.

CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU.

RELATOR - Conselheiro A. DELORENZO NETO.

HISTÓRICO

A Fundação Regional Educacional de Avaré (Processo CEE- n° 873/71) solicita do Conselho Estadual de Educação autorização para instalação e funcionamento da Escola Superior de Educação Física de Avaré.

I

A Lei Municipal n° 583, de 30 de julho de 1968, criou, no Município de Avaré, a Fundação Regional Educacional de Avaré, com a finalidade principal de instalar e administrar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mas, no § 1° do artigo 1° dessa lei já ficara previsto que a Fundação poderá instalar e administrar outros estabelecimentos de ensino.

A Lei Municipal mais recente, de n° 727, de 23 de abril de 1971, cedeu-lhe em comodato, o Ginásio Municipal de Esportes, pelo prazo de dez anos, para o funcionamento de uma Escola Superior de Educação Física. Finalmente, a Lei Municipal n. 728, de 29 de abril de 1971, dispõe sobre autorização para concessão de auxílio de Cr\$ 100.000,00, destinado a acorrer às despesas com instalação de uma Escola Superior de Educação Física, em Avaré.

O processo em sua instrução completa atende as exigências da Resolução CEE- n° 20/65.

Designado relator na Câmara do Ensino do Terceiro Grau, o eminente Conselheiro Luiz Cantanhede de Almeida Filho em seu minucioso Parecer exarou a seguinte conclusão:

"Considerando a documentação constante do processo, o atendimento a todas as exigências da Resolução CEE- n. 20/65, a necessidade de criar escolas de Educação Física

para que, dentro de poucos anos, a legislação que criou o ensino obrigatório da educação física em todos os graus de ensino no País possa ser perfeitamente cumprida, e considerando a situação especial da Cidade de Avaré, sou de parecer que a Fundação Regional Educacional de Avaré deverá ser autorizada a instalar e fazer funcionar a Escola Superior de Educação Física, se satisfeitas as exigências do ensino de 1º grau, o que será verificada pelas Câmaras competentes."

Esta conclusão foi adotada por unanimidade pela Câmara do Ensino do Terceiro Grau.

Na Câmara do Ensino do Primeiro Grau o eminente Conselheiro-Relator Olavo Baptista Filho exarou a seguinte conclusão, adotada pela unanimidade de seus membros, nestes termos:

"Manifesto-me contrário a qualquer dispêndio direto ou indireto que a Prefeitura de Avaré queira fazer com a Escola Superior de Educação Física, Mesmo através de uma Fundação de Direito Publico (sic). Os ensinos de 1º e 2º graus não estão sendo atendido satisfatoriamente. Acrescente-se que o Município ,já conta com uma Faculdade de Filosofia,"

O nobre Conselheiro Paulo Nathanael emitiu Declaração de Voto, nestes termos:

"Por números s que sejam os documentos juntados pela P.M. de Avaré serão sempre insuficientes, eis que não estão ainda minuciados os compromissos que, daqui para o futuro, terão as municipalidades em relação ao ensino de 1º grau, face às exigências da Lei nº 5.692/71. Sabe-se que o ensino de 1º grau de verá ser progressivamente municipalizado. Sabe-se que as prefeituras deverão gastar pelo menos 20% da receita tributária com o ensino de 1º grau, A quanto montam os 20% do orçamento de Avaré? Que aspectos do ensino de 1º grau poderão ser cobertos com essa quantia? Somente o convênio de ensino, a ser assinado entre a P.M. de Avaré e a Secretaria de Educação do Estado, definirá esses pormenores e dará resposta a estas questões. Antes que haja o convênio será prematuro e até temerário dizer-se que

Avaré satisfaz todos os compromissos com o ensino de 1º grau, a tal ponto que lhe sobejem recursos para o atendimento do 3º grau, ainda que tal atendimento se limite a uma hipótese prospectiva, em que a municipalidade aparece hoje, apenas como uma avalista do curso."

II

Tendo em vista os dados estatísticos oferecidos à consideração da Assessoria Técnica, em novembro de 1971 e em janeiro de 1972, o atendimento das exigências legais quanto ao ensino de 1º grau está comprovado nos orçamentos de 1971 e 1972 (Doc. de fls. 11). Ainda é de grande valia o pronunciamento da Inspeção Regional de Educação Física e Esportes de Avaré (órgão da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo do Estado), assim expresso: Há grande possibilidade no mercado de trabalho para os professores de Educação Física, quer pelo aumento dos estabelecimentos que, doravante, todos - sem exceção - terão de ministrar Educação Física, (Art. 7º da Lei na 5692/71 e Decreto 69.4-50/71 do Exmo. Presidente da Republica), seja a escola diurna ou noturna, quer pelo surto de desenvolvimento que se vai verificando nesta região (Doc. de fls 39).

CONCLUSÃO:

O processo é certo, veio ao exame desta Câmara para o atendimento de preceito da Resolução CEE- nº 20/65, que em seu Art. 527 item VII, exige demonstração de que o município possui condições materiais para atendimento satisfatório não só das necessidades de ensino primário, como também as de ensino médio. Aliás, esta demonstração, quanto ao ensino de 2º grau, foi comprovada, com novos documentos adicionados ao processo pela Prefeitura Municipal e Delegacia do Ensino Secundário e Normal de Avaré (Doc. de fls. 311 a 313).

Este o nosso VOTO, S.M.J.

São Paulo, 21 de julho de 1972

as) Conselheiro A. DELORENZO NETO - Relator

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU, em sessão realizada

nesta data, após discussão e votação adotou como seu Parecer a conclusão do VOTO do Nobre Conselheiro A. DELORENZO NETO.

Presentes os Nobres Conselheiros: A. DELORENZO NETO, ARNALDO LAURINDO, ELOYISIO RODRIGUES DA SILVA, FRANCISCO BRANDL HOFFMANN e JOÃO BAPTISTA SALLES SILVA.

Sala das Sessões, em 24 de julho de 1972

as) Conselheiro ARNALDO LAURINDO - Presidente

APROVADO POR MAIORIA NA 455ª sessão plenária hoje realizada. Foram votos vencidos os dos Conselheiros Olavo Baptista Filho, João Baptista Salles da Silva, José Augusto Dias, Therezinha Fram e Eloysio Rodrigues da Silva.

Sala "Carlos Pasquale", em 23 de outubro de 1972

ALPÍNOLO LOPES CASALI - Presidente